

Fernando de Azevedo e o esboço de uma
teoria pedagógica para as condições
da educação brasileira

*Fernando de Azevedo and an outline of a pedagogical
theory developed for the conditions of Brazilian education*

Catharina Edna Rodriguez ALVES¹

RESUMO: Este artigo tem o intuito de analisar as configurações dos saberes filosófico e sociológico em torno das quais se constitui a teoria pedagógica de Fernando de Azevedo e as fontes teóricas apropriadas para fundamentá-la. Para que ocorra uma articulação de ambos os itens, Fernando de Azevedo, em seu discurso político-educacional e pedagógico, postula critérios e medidas racionais, derivados de uma filosofia racional, que procura compreender a totalidade do fenômeno educativo e conferir um sentido supostamente universal à educação brasileira. Isso não significa desconsiderar as particularidades e os problemas de nossa cultura e de nossa educação, mas justamente diagnosticá-los precisa e objetivamente, por meio das ciências, explicando-os, no presente, para que política e pedagogicamente se assuma uma perspectiva futura, um projeto com argumentos teóricos convincentes, apropriados das fontes teóricas, os quais confirmam um sentido a essa realidade singular e superem os entraves que nela se colocam, para o seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Progresso educacional. Sociedade. Cultura.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuro focalizar a posição de Fernando de Azevedo em relação aos intelectuais de sua geração, os laços que seu pensamento estabelece com a educação, como ele se depara com o problema do humanismo e começa a elaborá-lo no início de sua trajetória intelectual, entre 1920 e 1932, assim como reconstituo as referências filosóficas e sociológicas apropriadas por Fernando de Azevedo para elaborar sua teoria pedagógica.

Para tanto, inicio pela compreensão de Fernando de Azevedo como o sujeito dessa enunciação discursiva, situando a sua posição entre os intelectuais da sua geração, a fim de singularizar a produção de seu discurso político-educacional e pedagógico, entre os educadores profissionais de sua época e, sobretudo, as fontes teóricas a partir das quais busca legitimidade.

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp- Marília, São Paulo, Brasil

Como esse discurso começa a ser construído desde os seus primeiros artigos e livros, publicados na segunda metade dos anos 1910, e a apropriação dessas fontes teóricas sofre algumas alterações, historicamente, à medida que ele confere um lugar à filosofia e à sociologia, em seu pensamento – elaborando uma arquitetura de saberes em torno da qual busca legitimá-lo –, procura-se, em seguida, elucidar o seu processo de constituição, a começar por saber como Fernando de Azevedo se defronta, originalmente, com o problema da formação humanista e com a sua própria formação, passando pela reconstituição do discurso filosófico e científico sobre a educação, que procura compreendê-lo até chegar à concepção de humanismo a qual elabora e que explicita, ao longo de sua obra.

O ESBOÇO DE UMA TEORIA PEDAGÓGICA PARA AS CONDIÇÕES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Fernando de Azevedo, homem extremamente culto (nunca escondeu sua paixão pelo conhecimento, adorava frequentar bibliotecas, onde mantinha contato com intelectuais e profissionais de diversas áreas), ao longo de sua vida, sofreu influências de diversos intelectuais e pesquisadores, tais como Dewey, Durkheim e Ortega y Gasset; em suas obras, consegue articular comentários de vários outros estudiosos, como Stuart Mill, Pareto, Marx, entre tantos, emprestando ao seu discurso certo ecletismo, que, a princípio, parece incoerente.

Contudo, tal forma de apropriação dessas referências se justifica e confere certa coerência ao seu discurso político e pedagógico, caso se leve em conta a sua preocupação com o problema da educação, à época em que ocorreu a sua pretensão em pensar sobre a reforma da cultura e do ensino, como meios de formar um novo homem e de concorrer para a consolidação da democracia, em nosso país. Fernando de Azevedo poderia ser compreendido, assim, como um intelectual que pensou sobre esse problema e que tentou elaborá-lo, teoricamente, enunciando um discurso sobre o qual legitimou a sua ação política, nesse campo, nas esferas públicas ligadas à universidade, enfrentando toda a espécie de resistências à reforma do ensino que propôs.

Desse modo, procura partir de um diagnóstico supostamente preciso sobre as características particulares da cultura brasileira, analisando os seus problemas e potencialidades, em relação ao desenvolvimento social, preconizado pelas teorias sociológicas e antropológicas. Com isso, tenta harmonizar o singular com o universal e, conseqüentemente, elaborar uma filosofia para orientar as tendências à mudança, presentes na psicologia do homem brasileiro e em nossa formação cultural, em direção ao progresso da humanidade.

Todavia, a adoção dessa perspectiva não seria possível, se Fernando de Azevedo não estivesse imbuído do espírito da universidade – o qual havia auxiliado a construir e cujas bases se encontram, desde o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* –, nem do papel político que exerce em seu interior, para expandi-lo para a sociedade. É por intermédio desse espírito e papel que também se ocupa em elaborar uma teoria pedagógica, para ser difundida entre os educadores a serem formados na universidade, procurando formulá-la com base em uma

concepção de educação que considera os traços e os padrões da cultura brasileira, mas não deixa de almejar a sua modernização.

Para ele, toda e qualquer tentativa de apropriação de fontes sociológicas e/ou filosóficas, para fundamentar essa teoria pedagógica e essa concepção de educação, por assim dizer, deveria respeitar essa nossa particularidade. Isso justifica seu empenho em escrever *A Cultura Brasileira* (1963), obra que o auxiliou a ampliar a arquitetura do saber sobre a educação e vê-la de um modo mais agudo, em função das exigências de nossa cultura e sociedade, possibilitando a elaboração de uma concepção de educação afinada com elas; ajudou-o igualmente a esboçar uma teoria pedagógica que busca readequar as fontes sociológicas e filosóficas contemporâneas, apropriadas às condições sociais e históricas de nossa educação.

O livro *A Cultura Brasileira* desenvolve uma análise geral sobre as particularidades culturais de nosso país, à luz das teorias sociais e antropológicas a que teve acesso, na Universidade de São Paulo.

Com essa obra, Fernando de Azevedo não deixa também de ampliar a configuração dada ao saber sobre a educação, elucidada em *Sociologia Educacional* (1951), acrescentando à filosofia e à sociologia, responsáveis pela definição dos fins transcendentais e empíricos da educação, um outro saber decorrente das ciências sociais – a antropologia –, justificando que esta poderia, juntamente com aquelas, diagnosticar as características singulares de nossa cultura e de nosso homem, as suas tendências frente à civilização e ao progresso humano. Partindo da concepção de cultura de Humboldt e compreendendo as suas vicissitudes, com o progresso da civilização material, referindo-se a Durkheim e Marcel Mauss, postula que a civilização compreenderia a cultura, em função da sociedade e dos organismos políticos a determinarem e a submeterem as leis do desenvolvimento e do funcionamento social; porém, aquela estaria submetida igualmente à transmissão desta, porque dela necessita para estabelecer as bases dos valores e da consciência moral necessárias à vida social e à sua sobrevivência, ao surgimento de cada nova geração.

Tendo em vista essa interdependência, propõe-se compreender os aspectos singulares que envolvem a constituição e a transmissão da cultura brasileira, recorrendo a várias fontes teóricas que tiveram o mesmo propósito, examinando antropológica, geográfica e sociologicamente o solo microscópico desse objeto, com o intuito de produzir uma síntese sobre a sua evolução, permitindo compreender as suas tendências gerais e as suas particularidades, as quais precisariam ser superadas, com base em um ponto de vista mais amplo, como aquele esboçado anteriormente.

As diversas manifestações de cultura, de que teríamos uma noção falsa se estudadas como se microcosmos isolados dentro do conjunto social, se ligaram sem cessar, nesta obra, à evolução das grandes correntes políticas, econômicas e religiosas, que nos diversos períodos da história ocidental e nacional, orientaram todo o país numa direção única e puseram em conflito algumas de suas partes. Preferimos sempre o fato humano complexo a qualquer

fórmula rígida em que se procurasse aprisionar a realidade múltipla e viva; e, repelindo todo dogmatismo capaz de falsear a compreensão dos fatos, o nosso pensamento se orienta para uma interpretação dos movimentos culturais, estéticos e científicos, muitas vezes segura, à vista da documentação recolhida, e outras hipotéticas, mas que não deixará de ser sugestiva nas suas indicações. (AZEVEDO, 1963, p. 49-50).

Embora Azevedo afirme que se deterá sobre esse objeto e a sua variação, o espírito sintético que permeia a obra acaba conferindo uma espécie de unidade aos aspectos múltiplos de nossa cultura, ao longo de sua história, ao que parece, com o objetivo de construir certa identidade em torno das características singulares de nosso povo e da nossa educação. Em linhas gerais, a análise de Fernando de Azevedo consiste em diagnosticar as singularidades da cultura e da psicologia coletiva da população brasileira, que emperraram o processo de desenvolvimento, e as perspectivas ou as tendências de sua modificação, diante do progresso urbano e do processo produtivo industrial, demonstrando que, com essas mudanças ocorridas na vida material, a vida espiritual e a mentalidade brasileira se alterariam, na direção de certo ajustamento a elas e de certa adequação aos padrões ditos civilizados modernos. Todavia, nesse processo histórico, haveria algumas singularidades que nos diferenciariam das outras civilizações, dado o nosso caráter e a nossa nacionalidade, formados pelas vicissitudes dessa história e pelo esforço de superação presente na cultura, na Psicologia e na educação brasileira.

Conforme Azevedo (1963, p. 51), “Desse modo, de nossa constituição étnica heterogênea e múltipla, diante das mudanças sociais e políticas observadas, tenderíamos ao predomínio da raça branca; dada a miscigenação, de nossa característica rural se tenderia para uma formação social urbana, capitaneada pelas grandes cidades e pelas regiões economicamente mais desenvolvidas; de nosso colonialismo, tenderíamos a uma independência e a um regime republicano que, graças à imigração, à diversificação econômica e funcional, romperia com o regime oligárquico e promoveria uma maior democratização e modernização da sociedade”.

Do ponto de vista da Psicologia do povo brasileiro, a tolerância e a hospitalidade que a caracterizaram, até o século XX, cederam lugar a uma capacidade de adaptação, de irreverência e de criação que, não obstante o seu valor, teria resultado num certo individualismo anárquico, destituído de qualquer espírito de grupo e de cooperação, necessário a essa democratização e modernização e, por isso, concebido como uma tendência quase que natural, ainda a se moldar, entre outros, por intermédio da consolidação de nossas instituições e da educação. Aliás, a urbanização e a industrialização verificadas nos grandes centros, no início desse século, polarizando as mentalidades dos homens que viviam nas regiões centrais, litorâneas e do interior, tornar-se-iam as forças propulsoras dessa formação da unidade nacional e de uma tendência a construir uma mentalidade unificada, considerando as facilidades dos meios de comunicação e, conseqüentemente, da universalização da cultura.

Esses seriam os motivos externos que desenvolveriam as disposições internas, psicológicas, do homem brasileiro, alimentando a sua vivacidade e inteligência, plasticidade e flexibilidade, formando uma mentalidade que, gradativamente e por meio da educação, poderia adquirir não apenas o espírito artístico e literário da intelectualidade, como também, e principalmente, o espírito científico que caracteriza a mentalidade de todos os países civilizados, efetivamente modernos. Para tanto, não apenas as instituições sociais de nosso país deveriam estar afinadas com essa meta, como também a educação pública deveria produzir-se no sentido de promover essa modernização, desde que não reiterassem as tendências contidas em nossa tradição cultural e, sim, a renovassem, sem abandoná-la definitivamente. (AZEVEDO, 1963, p. 203).

Compreender a educação como o fenômeno da transmissão da cultura, retratado desse modo, seria identificar as principais tendências que envolveram essa tradição cultural e a constituíram em nosso país, historicamente, desde a influência religiosa até as ideias positivistas que permearam a nossa política educacional, bem como as principais perspectivas que se interpuseram a ela, propondo um ideal político e pedagógico diverso, no sentido de renová-la e promover mudanças no sistema de ensino, as quais acompanhassem a modernização da sociedade. Isso significaria compreender a história da educação ou da transmissão da cultura brasileira, acontecida por intermédio das escolas e das políticas oficiais de escolarização, assinalando, assim, não o que a constitui isoladamente dos aspectos econômicos, sociais e políticos, mas interligando esses aspectos e verificando quais forças sociais inovaram, em relação à tradição pedagógica instaurada e, particularmente, quais grupos conceberam essa face social e política da educação, entendendo-a cientificamente e concorrendo para direcioná-la em prol da modernização e democratização do país.

Dessa perspectiva,

essa história é contada tendo como referência a própria ação dos reformadores da educação, como o signo daquilo que há de mais moderno, em termos de propostas políticas educacionais e de teoria pedagógica, além de exaltar o projeto político e pedagógico delineado com fundamento na transmissão da cultura, a partir da universidade,

O que foi considerado pelo próprio Azevedo (1963, p. 711) como sendo superior aos outros em jogo.

Fernando de Azevedo se coloca como sujeito enunciador do discurso proferido nessa obra. Como sugere Vieira (1994, p. 315),

A Cultura Brasileira possui a voz do narrador unificada no juízo que emite a narrativa e a reparte em duas séries independentes e paralelas, articuladas sequencialmente, segundo temporalidades distintas, ou seja, o que está instituído e o que é ideia ou projeto. O que está instituído seria a tradição cultural, com todos os seus obstáculos e dificuldades de um país periférico, tido por atrasado diante dos países ditos civilizados, e a ideia ou o projeto

de Fernando de Azevedo e o de seu grupo, apresentado como uma tendência de renovação dessa tradição, que, do interior da sociedade brasileira, representa e cobra a sua modernização e a democratização, por meio de suas propostas político-educacionais e de seu ideário pedagógico.

Pode-se dizer que a crítica dessa tradição cultural e da transmissão da cultura instituída é feita à luz de pressupostos filosóficos e científicos e de uma teoria social, como a esboçada anteriormente, contemplando uma configuração prévia do saber, por meio das quais é compreendida e questionada, de maneira quase naturalizada, como se a sociedade brasileira tivesse uma tendência implícita de se modernizar e de se democratizar, de sorte que o enunciador desse discurso e o grupo que representa aparecem como se fossem os verdadeiros empreendedores dessa tendência. Além disso, nota-se que, para se legitimar nessa função e se colocar no lugar de sujeito dessa história, Fernando de Azevedo a reescreve, construindo uma memória monumental, onde a educação brasileira é retratada em suas relações com a sociedade, desse ponto de vista modernizante, compreendido como superior. Pior do que isso, segundo Carvalho (1996), essa memória inscrita na obra, que possui claramente o objetivo de demarcar o campo político da educação dessa época e que empresta uma posição presentista à historiografia da educação brasileira, serviu como fonte primária para muitos trabalhos historiográficos posteriores, empobrecendo os aspectos políticos nela contidos e, sem interrogá-la, instaurando uma oposição entre moderno e tradicional.

Para a autora referida, ainda do ponto de vista político ideológico, essa oposição entre o tradicional e o moderno seria falsa, já que ambos os grupos aos quais Fernando de Azevedo se refere, nessa historiografia da educação, teriam projetos políticos semelhantes e uma conotação conservadora para a época, porque não representavam uma transformação radical da sociedade brasileira. O grupo de reformadores educacionais do qual participava o autor somente seria moderno, teoricamente, porque se apropriava das correntes e das teorias pedagógicas provenientes da Europa e dos Estados Unidos, considerados o auge da civilização.

Ainda que aceitemos esse argumento, o de que seriam modernos apenas em termos teóricos e filosóficos, segundo Toledo (1996), as fontes que fundamentam o discurso produzido por Fernando de Azevedo, em *A Cultura Brasileira* (1963), seriam bastante diversas entre as correntes filosóficas e as teorias sociológicas e antropológicas provenientes desses países – como já tivemos ocasião de indicar aqui –, da mesma maneira que esse método de análise que o converteu em “narrador oficial” da história da educação brasileira seria bastante problemático. De fato, ele se apropria de fontes teóricas, muitas vezes divergentes entre si, para tratar de determinado assunto, produzindo certa compreensão teoricamente eclética do fenômeno estudado e ignorando tais divergências teóricas ou mesmo contradições entre as proposições teóricas e os dados empíricos.

Do ponto de vista metodológico, conforme Toledo, as notas de rodapé no livro são manipuladas com funções e com propósitos diferentes, ora apoiando as afirmações do autor, do ponto de vista teórico, para as quais não existem dados

empíricos, ora as utilizando como um fio condutor para o mapeamento da organização das fontes, com base em seu objetivo de obra-síntese da cultura e da civilização brasileira. Assim, muitas referências omitidas pela estrutura lógica e objetiva da obra, no decorrer do texto de Azevedo, nem sempre figurariam nas notas, fazendo com que sua análise não fosse suficiente para responder às questões propostas.

Entretanto, mesmo diante dessas críticas assinaladas pela literatura, não se pode desconsiderar a importância do livro *A Cultura Brasileira* (1963), nem do esforço que os resultados dessa obra significam, não no sentido de fazer uma análise empírica coerente do fenômeno da transmissão da cultura ou da educação, no Brasil, mas no de fazer uma análise a partir de fontes secundárias e de um ponto de vista filosófico, que Fernando de Azevedo vinha tentando justificar, há muito, baseado em referências teóricas muitas vezes divergentes entre si e numa fundamentação eclética de seu discurso, conferindo certa coerência à sua interpretação acerca dos problemas encontrados em nossa realidade educacional e refinando teoricamente os conceitos que a compreenderiam, enquanto um objeto. Se não fosse por essa aproximação do fenômeno da transmissão da cultura ou da educação, obtida com a análise desenvolvida nesse livro, com todos os limites que ela possui, Fernando de Azevedo não teria chegado a redefinir esse conceito, com base na filosofia de Dewey e na sociologia de Durkheim, nos termos em que a expressa, na coletânea de artigos publicada sob o título *Na Batalha do Humanismo* (1966), na qual reelabora a sua teoria pedagógica e fundamenta as bases do humanismo científico e filosófico que a sustentam.

UMA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO A PARTIR DA SOCIOLOGIA DE DURKHEIM E DA FILOSOFIA DE DEWEY

Em um dos artigos da coletânea *Na Batalha do Humanismo*, que compreende conferências pronunciadas entre 1944 e 1955, Fernando de Azevedo assinala que o fenômeno da educação, em sua vinculação com a sociedade, pode ser compreendido como um processo de transmissão da cultura, segundo Durkheim, ou como a reconstrução dessa mesma cultura, nos termos expressos por Dewey. Mostrando-se consciente das fontes que utiliza, para explicar o fenômeno educacional, o autor procura elucidar os paralelos existentes entre essas referências teóricas na definição daquele enquanto conceito, reconhecendo as divergências entre Dewey e Durkheim, mas tentando aproximá-los naquilo que poderia auxiliar a compreensão aguda desse fenômeno e do potencial de mudança que contempla.

Para ele, no pensamento de ambos, a educação poderia ser tomada como um fenômeno, porque ocorre naturalmente, sem que as gerações o percebam, não havendo como resistir a ela, dado seu caráter ou tendência universal, uma vez que perpassa todas as sociedades e civilizações. A cada nova geração, por intermédio da educação, as crianças não apenas se apropriam dos bens culturais transmitidos pelas gerações mais velhas, como também refletem, analisam e assimilam as informações que lhes foram dadas e as comparam com as suas

experiências, reformulando os valores e o significado atribuídos a eles pelos adultos e reconstruindo a cultura transmitida, não sem choques, nem sem resistências de sua parte. Participam desse processo educativo tanto a escola, quanto as diversas instituições sociais que, a todo custo, tentam preservar os valores, as leis e as crenças necessárias à socialização das crianças.

Contudo, nesse processo, as gerações mais velhas também se veem obrigadas a admitir as mudanças criadas pelas novas gerações, acontecidas graças à tensão produzida historicamente pelo conflito entre uma e outra geração. Esse processo, aparentemente simples e tranquilo, segue um ritmo natural, mas, quando examinado mais de perto, como faz Azevedo, é percebido como algo extremamente complexo e que encontra inúmeras dificuldades, resistências e sobressaltos, por causa da pressão incessante que as gerações mais velhas exercem, a fim de incutir nas gerações mais novas os hábitos e os costumes estabelecidos, integrando-as à vida coletiva.

Conforme Azevedo (1966, p. 54)

Não há como fugir desse problema, que se torna mais grave, quando envolve os problemas de relações entre pais filhos, pois a sociedade é composta de gerações jovens e amadurecidas, que, juntas, formam um processo de desenvolvimento cultural e social, isto é, passam a seus filhos a herança social constituída de representações, valores e padrões de cultura de cada sociedade, numa dada época, e a qual se transmite, mais ou menos enriquecida de nossos elementos culturais, às gerações jovens, que são, desde as suas idades mais tenras, bloqueadas e atacadas pelos adultos em geral e particularmente pelos pais.

A tensão, provocada pelo conflito entre as gerações, teria sido chamada por Durkheim de “transmissão da cultura” e, por Dewey, de “reconstrução da experiência social”. Ela pode ser compreendida, em ambos os casos, como decorrente de um processo educativo que acontece sempre de forma incompleta, gerada, de um lado, pela reação dos adultos em relação à imaturidade dos jovens e, de outro, por estes, em relação à fixidez dos hábitos, costumes e crenças transmitidas por aqueles, pressupondo a necessidade de sua reconstrução e de uma readaptação de ambas as partes da contenda.

Durkheim teria observado esse processo como se a educação consistisse em uma socialização metódica de cada geração. E o processo de transmissão ou herança tem de ser concebido como uma forma de coesão social e socialização, pois seu objetivo é ensinar o indivíduo a ser membro da sociedade. Todo esse movimento acarretaria, entre as gerações, uma tensão que poderia ser mais ou menos branda, dependendo da época em que as gerações estão inseridas e do contexto histórico do momento. Porém, no sistema durkheimiano, segundo Azevedo (1958, p. 43), “a educação se tornaria conservadora, na medida em que o indivíduo não fizesse o que desejasse e não tivesse a liberdade de expressar o seu pensamento, dentro dos limites estabelecidos pela moral e pela sociedade da época”.

Por causa desse fato, caberia aos pais e aos educadores, de um modo geral, além da transmissão da cultura, mediar o aprendizado, as experiências e as práticas desenvolvidas pela criança, sempre tendo em mente que o homem nada mais seria que o conjunto de suas experiências e que a sociedade estaria em constante estado de mudança, sobretudo após a industrialização. Sob esse aspecto, o processo de transmissão da cultura estaria em relação íntima com os acontecimentos políticos e econômicos de uma sociedade. Se esta não estivesse em período de guerra interna ou externa, crise política, de identidade e financeira, a tendência da transmissão da cultura seria a de ser mais branda e tranquila, acontecendo com algumas dificuldades, todavia, não superiores àquelas vividas em situações de conflito latente ou presente, acirrado por lutas intensas, em que a geração mais jovem acaba por ser submetida a um processo mais difícil, doloroso, à mercê de uma manipulação e exploração política mais ampla.

Com isso a mocidade desorientada pelos acontecimentos, mal contida pela autoridade dos pais e dos mais velhos quando a família já se acha em processo de desagregação, agitada ou corrompida pela ambição e vaidades precoces, decide-se então pela ruptura com costumes e dos deveres que lhe são impostos, torna-se presa fácil dos partidos e os deveres que lhe são impostos, sobretudo extremistas, que não hesitam em aproveitar, para sua ascensão, as reações dos jovens às formas e os ideais da vida paterna. (AZEVEDO, 1966, p. 61).

Evitando essa forma de paternalismo e de autoritarismo que se daria pela transmissão da cultura, decorrente da postura assumida por Durkheim, Fernando de Azevedo busca no pensamento de Dewey uma saída para compreender esse fenômeno, de um outro modo. Na realidade, ele o faz de um ponto de vista em que os grupos e os indivíduos tenham a ocasião, não apenas de se submeter aos costumes, hábitos e crenças transmitidos pelas gerações mais velhas, como também de reconstruí-los, adequando-os às circunstâncias sociais do tempo presente, da sociedade democrática e a sua própria experiência com e no mundo.

Embora essa pretensão possa ser igualmente atribuída à sociologia de Durkheim e seja compreendida por ela, para Azevedo, em Dewey ela encontraria um maior significado, já que este estabelece os vínculos da educação com a sociedade, sem compreendê-la necessariamente como um processo de coerção social, mesmo sendo a educação um espelho da sociedade, refletindo sua cultura, moral e costumes, com a função adaptadora de conservação e permanência da unidade social. Nesse sentido, a concepção deweyana de educação se constituiria num fator ativo, na medida em que pode servir de instrumento para auxiliar as transformações coletivas, enquanto a de Durkheim ainda se apegaria a um predomínio da educação enquanto uma força ativa e calcada no exercício da autoridade (AZEVEDO, 1951).

Vale lembrar que, porém, na linguagem de Durkheim, isso significa afirmar o poder coercivo do aparato educacional. A educação, no sentido durkheimiano, tem o objetivo de suscitar e desenvolver as aptidões intelectuais e os conceitos morais reclamados pelo meio social, ao qual as novas gerações se destinam. Dessa maneira, Durkheim não veria também antagonismo entre indivíduo e sociedade.

Tal pensamento não corresponde a coisa alguma, no terreno dos fatos, segundo Azevedo, já que, longe de se oporem ou de poderem desenvolver-se em sentido inverso, uma em relação à outra, as ideias de sociedade e de indivíduo são ideias mutuamente dependentes. O que se deseja, por meio da educação, salienta o autor, é melhorar a sociedade, o que não significa comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas, ao contrário, engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana. Sem dúvida, o indivíduo não se pode engrandecer senão pelo próprio esforço, que para ele constitui, precisamente, uma das características essenciais do homem. E o próprio Fernando de Azevedo reconhece isso, quando afirma, em outra passagem do livro em questão:

À medida que se alarga o horizonte mental de cada um e se lhe abre o espírito em todas as direções, o homem tende a elevar-se de um para outro nível, descortinando panoramas cada vez mais largos até abranger o mundo todo, numa visão de conjunto, e por uma compreensão cada vez mais profunda do sentido da cultura do povo, de que provém, da forma de civilização que lhe imprimiu os traços de sua fisionomia original, como também da humanidade. (AZEVEDO, 1966, p. 22).²

Segundo Aron (1999), a educação em Durkheim é ter um sentido individual, porque nasce da condição individual e psicológica do indivíduo; este, entretanto, faz parte de um sistema de ideias, sentimentos, crenças e hábitos que exprimem não a individualidade, pura e simples, mas as determinações do grupo, entendido como a média comum da sociedade – o que Durkheim denomina consciência coletiva. É por isso, também, que a educação deve estar acima dos interesses das classes sociais, como se lê no livro, uma vez que tais interesses são particularistas diante da consciência coletiva de uma entidade que assume ares verdadeiramente metafísicos, como enunciado pelo próprio Fernando de Azevedo, para legitimar os princípios de sua política educacional.

Contudo, o que parece estar em questão, nos termos postos por ele, é que a educação seja vista como forma de coesão social e de socialização, conforme a assertiva durkheimiana, com o intuito de combater sistematicamente o individualismo estéril, vigente entre certa interpretação das teorias pedagógicas escolanovistas. Por isso, Fernando de Azevedo assume a tese deweyana da necessária reconstrução da cultura, a ser empreendida pela educação e a ser seguida pelo ensino escolar, mas não deixa de problematizar o necessário trabalho da autoridade que os compreende e que fora formulado por Durkheim (1967).

A liberdade, para Durkheim, seria filha da autoridade bem compreendida. O indivíduo que escapasse do trabalho de autoridade deveria ser encarado como um resultado patológico, anormal, da ordem social – um sinal de anomalia. Quando o autor nega a dicotomia entre indivíduo e sociedade, ele o faz para ressaltar a modelagem do primeiro pela segunda, o que, na educação, significaria

² Discurso proferido em 23 de março de 1961, na sessão inaugural do IV Curso de Especialistas em Educação para a América Latina, no Centro Regional de Pesquisas Educacionais, de São Paulo: Nacionalismo, Americanismo e Universalismo, 1961. Americanismo e Universalismo, 1961.

adaptar o educando às ordenações sociais. Dessa maneira, pode ser entendido, no âmbito pedagógico, o conservadorismo do sistema durkheimiano, assinalado por Fernando de Azevedo. Porém, este último não deixa de levar em conta a explicação do funcionamento social elaborada por Durkheim, incluindo-a no processo de ensino.

A explicação desse tema é feita pelo próprio Azevedo, ao se referir às sociedades primitivas: o autor define educação como transmissão da cultura de uma geração para outra. Na medida em que a sociedade se torna complexa, ela tende à especialização gerada pela divisão social do trabalho, fazendo surgir um novo tipo de ordem, agora baseada na solidariedade orgânica. Nas sociedades primitivas, a solidariedade era fundada na semelhança entre os indivíduos, os quais diferiam pouco uns dos outros, mantendo praticamente as mesmas tradições e sentimentos, desenvolvendo as mesmas tarefas e praticando os mesmos rituais religiosos.

Segundo Cunha (1999), a solidariedade orgânica, diferentemente, é definida pela situação em que pessoas estão agrupadas justamente por seus traços diferenciadores, o que remete ao fato de umas dependerem das outras para a sobrevivência. Como explica Azevedo, a solidariedade por diferença aparece com o nascimento, no interior de uma sociedade, e em consequência da complicação da vida social, de numerosos grupos dos quais pode participar um mesmo indivíduo.

Fernando de Azevedo busca esse conceito em Durkheim, para quem a solidariedade por diferença define a sociedade como um todo coerente e orgânico, em analogia com o corpo humano, no qual cada órgão tem uma função diferenciada, mas todos trabalham para o funcionamento correto do sistema. Insiste no fato de que, no processo educativo estabelecido pela escola, as crianças deveriam ser ensinadas em conformidade com os valores decorrentes da solidariedade orgânica e através dos conteúdos e habilidades, necessários para a formação de um homem adequado a esse estágio da sociedade moderna e à diversificação do trabalho por ela exigida, além de respeitar as suas aptidões individuais e psicológicas. Mesmo assim, não deixa de insistir em compreender a passagem do indivíduo como ser biológico ao cultural, em termos deweyanos, reforçando o conceito de experiência que pressupõe a educação.

Ora a passagem do biológico ao cultural ou a inserção deste naquele, a que se reduz, no final das contas, a educação, pode-se, pois considerar como um movimento dialético que consiste em ultrapassar sem cessar uma tensão entre o “eu social” que lentamente se organiza e o “eu individual” ou da individualidade orgânica que reage à ação pertinaz sofrida da parte dos adultos. (AZEVEDO, 1966, p. 73)³.

Fernando de Azevedo parece adotar um procedimento pragmático, ao redescrever a sociologia durkheimiana para fundamentar os princípios de sua

³ Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 10 de julho de 1955.

teoria pedagógica, a partir dessa compreensão das funções do fenômeno educativo enquanto transmissor e reconstrutor da cultura.

Tais funções, ainda, não seriam exercidas única e exclusivamente pelos mais velhos: a escola teria a sua obrigação, que, em um sentido mais restrito da palavra, oferece à população o mínimo de cultura geral para conviver e inserir o homem na sociedade em que vive. No entanto, ela desenvolveria essa dupla função de modo diferente, utilizando outra didática e propiciando ao ensino escolar as funções básicas do ler, escrever e analisar as questões que envolvem a relação entre criança e mundo, para que, assim, possa interagir com ele e refletir sobre a origem social e os sentidos que podem ser atribuídos à sua conduta, no mundo.

A cultura geral a ser apreendida na escola, diante das vicissitudes da sociedade moderna, engloba não apenas a aquisição do conhecimento, como também o constante crescimento das novas gerações, buscando novos ideais, modos de pensar e refletir sobre os problemas que as afetam, sendo parte constitutiva da formação do homem. Por isso, Fernando de Azevedo enfatiza que seria necessária uma cultura geral de grau variado, com uma infraestrutura que varia e diversifica as exigências da sociedade, do desenvolvimento político, econômico e social de cada país, em que seriam igualmente contemplados os conhecimentos científicos e técnicos, assim como o preparo para o exercício de uma função ou habilidade específica, destinada a satisfazer as necessidades do mundo do trabalho.

Para o autor, no processo de ensino, desenvolvido nesses termos, ocorre aquilo que denomina de assimilação e diferenciação, aspectos claramente expressos, respectivamente, na reorganização do ensino primário e secundário, no sentido preconizado pela sua política educacional, em que os horizontes do aprendizado do aluno avançam ou recuam, conforme suas características específicas e o objetivo de desenvolver em extensão e profundidade essa cultura geral. Nesse sentido, o processo de socialização do indivíduo, concebido pela noção durkheimiana da transmissão da cultura, que compreenderia o fenômeno educativo e o ensino escolar, contemplaria as relações entre a sociedade e o indivíduo, a formação da cultura e da personalidade, impossibilitando separar a técnica dos fins humanos, sociais e políticos propostos pela política educacional, estando diretamente ligados à qualificação dos agentes sociais (técnicos) incumbidos de realizá-los.

Por sua vez, a concepção deweyana de indivíduo prevê a interação deste com a sociedade, salientando que o pensar e o agir por ele desenvolvido têm como finalidade contribuir para a transformação da coletividade. Em Dewey, a crítica da visão que opõe indivíduo e sociedade traduz, na essência, a noção de que a escola tem funções socializadoras, as quais só podem realizar-se mediante a normalização de fatores individuais. (AZEVEDO, 1951, p. 120).

O processo educacional, dessa forma, é visto por Fernando de Azevedo como um estreito vínculo das necessidades sociais com as aptidões ou os fatores

individuais, pressupondo tanto a necessidade da sociologia, para compreender aquela, quanto da psicologia, para compreender estes, além da filosofia, para conferir um sentido à educação responsável por formar o homem, dentro do espírito científico atual e tecnológico de que necessita a sociedade moderna, sem descurar da cultura geral a ser processada e a orientar o uso que se faz da ciência e da tecnologia, respeitando as singularidades pessoais e, ao mesmo tempo, particularidades de nossa cultura.

De acordo com seu entendimento, esse processo formativo começaria, na realidade, na infância, em meio à família, que é a primeira comunidade ou sociedade em que a criança vive e onde começa a constituição de sua personalidade. Nessa primeira fase, extremamente importante, a criança começaria a inquirir, a investigar e a perceber o mundo que a cerca, estabelecendo os primeiros vínculos entre os problemas suscitados em sua vida cotidiana e os objetos para os quais a sua curiosidade é despertada e o germe de seu espírito investigativo se dirige, desenvolvendo o gosto pela análise científica e pela resolução daqueles problemas, por intermédio do pensar reflexivo. É nesse período da vida que se instauraria o desejo pela busca do conhecimento e do pensamento que almeja criar o novo, ainda que este seja novo para si mesmo.

O período no qual a educação é possível, em um grau eficaz, é o da infância e da adolescência e, se não se aproveitam essas épocas, as consequências são irreparáveis (AZEVEDO, 1958).

Nesse período, a família ainda cumpre outro papel, a saber: o de colocar a criança e o adolescente diante dos valores morais e éticos que regem a vida, exercitando a função de transmissão da cultura, antes assinalada. Nesse meio, a criança e o adolescente começariam a interagir com as relações humanas e, ao fazê-lo, estariam compartilhando valores, crenças e ações, os quais serviriam de solo, inclusive, para a sua crítica futura e reconstrução da cultura transmitida nessa etapa de seu desenvolvimento. Com isso, a criança começaria a fazer suas considerações, comparações e análises, à proporção que sua maturidade permitisse, mas, conforme se emancipasse dos valores familiares, passaria a incorporá-las a sua experiência formativa e reconstruí-las, conforme as necessidades da vida social e do mundo com o qual interage, aprendendo a orientar sua conduta e seu pensamento por si própria, mas considerando as implicações que estes poderiam trazer para os outros e respeitando os limites dados pelas relações sociais vigentes.

Referindo-se a Dewey, o processo educacional envolveria dois elementos: de um lado, a criança, um ser em desenvolvimento, e, de outro lado, a experiência, os valores e as ideias acumuladas por esse processo de amadurecimento; contudo, seria preciso entender que os elementos que compõem o mundo adulto estão contidos no ser infantil, porque a criança já traz em sua experiência, em potencial, “os valores sociais, o raciocínio objetivo e ordenado, os saberes científicos e logicamente organizados, enfim, a razão”, conforme salienta Cunha (1996, p. 8).

Dessa maneira, a criança, como ser individual, “nada mais é que a semente do ser social, por isso não há oposição entre a liberdade da criança e os ensinamentos contidos nos programas de ensino” (CUNHA, 1996, p. 8).

Nessa apropriação da filosofia de Dewey e nas semelhanças que ela estabelece com a sociologia de Durkheim, Fernando de Azevedo procura legitimar as bases de seu discurso e de sua teoria pedagógica, levando em conta a natureza do fenômeno educativo e, ao que parece, as singularidades com que ele se desenvolve, numa sociedade como a brasileira. Em virtude de não estar consolidada uma sólida tradição cultural, a compreensão do fenômeno da educação enquanto transmissão da cultura ficaria prejudicada, reiterando a condição de atraso instaurada e, de seu ponto de vista, presente nos estabelecimentos de ensino, alimentando a autoridade e a ideia de transmissão do saber e de moralização espiritual, empreendida pela chamada teoria pedagógica tradicional. Por essa razão, ele alia à incorporada noção durkheimiana, a partir de sua crítica imanente e da observação do que ocorre em nossa cultura, a concepção deweyana de reconstrução da cultura, que sustenta a possibilidade de alterar essa configuração cultural e, em termos pedagógicos, viabilizar uma revisão dos valores, hábitos, costumes e crenças que a compreendem, almejando com isso diferenciar-se da autoridade pressuposta, das ideias de sabedoria e de moralização, implícitas nas teorias pedagógicas ditas tradicionais.

Ao empreender tal movimento, em seu pensamento, assinalando quais seriam as fontes e como elas poderiam ser apropriadas, para se compreender aquilo que considera como problema na cultura brasileira e em sua transmissão, Fernando de Azevedo parece adquirir certa autoconsciência das elaborações teóricas que vinha desenvolvendo, desde os anos 1920, e constrói uma teoria pedagógica original, à medida que articula teoricamente a sociologia de Durkheim e a filosofia da educação de Dewey, em princípio incompatíveis, encontrando um meio de justificar e legitimar o seu discurso pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, nota-se que Azevedo procura conferir aos fundamentos dessa teoria pedagógica uma base racional, que ampara essa filosofia da educação e essa sociologia, bem como um sentido humanista, que compreende o avanço científico e tecnológico observado na civilização ocidental, incorporando-o aos princípios da prática educativa proposta e conferindo-lhe certa universalidade, sem que isso implique o desprezo das condições históricas da sociedade e as particularidades culturais brasileiras.

Nesse sentido, se não reformula completamente o humanismo pedagógico em que se assentam as suas propostas político-educacionais, apresentadas nos anos 1920, ao menos o elabora melhor, com base em sua concepção de humanismo científico, explicitado na coletânea *Na Batalha do Humanismo* (1966), mostrando-se

consciente das fontes filosóficas e sociológicas empregadas para a elaboração dessa teoria pedagógica e autoconsciente do sentido universalizante que almeja emprestar-lhe, de sorte a fazê-la prevalecer, no ambiente acadêmico e educacional da época.

ALVES, Catharina Edna Rodriguez. Fernando de Azevedo and an outline of a pedagogical theory developed for the conditions of Brazilian education. *Educação em Revista*, Marília, v. 11, n.12, p. 21-38, Jan.-Jun. 2010.

ABSTRACT: This article intends to analyze the configurations that constitute philosophical and sociological knowledge, moreover the proper theoretical sources to ground them. In order to articulate both items, Fernando de Azevedo, in his political-educational and pedagogical thoughts, postulates criteria and reasonable actions originated from a rational philosophy, which try to understand the entirety of the educational phenomenon and attribute a supposedly universal meaning to the Brazilian education. It does not mean that the singularities and problems referred to our culture and education will be unconsidered. We must diagnose them precise and objectively by way of sciences, explaining them in the present days; then an upcoming perspective will be assumed political and pedagogically – a project based on solid and proper theoretical arguments concerned to the theoretic sources – which may grant significance to that unique reality and transcend the obstacles impeaching its development.

KEYWORDS: Educational progress. Society. Culture.

REFERÊNCIAS

- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- AZEVEDO, F. **Sociologia educacional**: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- _____. **A educação e seus problemas**. São Paulo: Melhoramentos, 1958. t. 1, v. 8.
- _____. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- _____. **Na batalha do humanismo**: aspirações, problemas e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966. v. 15.
- CARVALHO, M. M. C. As fontes da cultura brasileira. **Revista Horizontes**, Bragança Paulista, v. 14, p. 46-50, 1996.
- CUNHA, M. V. Dewey e Piaget no Brasil dos anos 30. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 5-12, maio 1996.
- _____. A presença de John Dewey na constituição do ideário educacional renovador. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 30, p. 77-91, dez. 1999.
- DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- TOLEDO, M. R. A. de. **As fontes da cultura brasileira in Fernando de Azevedo e A Cultura Brasileira ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura**. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- VIEIRA, E. O historicismo gramsciano e a pesquisa em educação. **Perspectiva**, Florianópolis, ano 11, n. 20, p. 31-51, ago./dez. 1993.

ALVES, C.E.R.